

«Decadência» ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português*

O problema da «decadência nacional» é um dos temas dominantes da cultura oitocentista portuguesa. Na linguagem historiográfica actual, o conceito de decadência tende a ser substituído por um conceito novo, de origem económica, o de subdesenvolvimento. Utilizado pela teoria económica contemporânea para designar o desfasamento da grande maioria dos países inseridos no sistema capitalista em relação a um centro mais avançado, nem por isso possui maior exactidão conceptual que a ideia de decadência, apenas sendo formalmente menos catastrófico, por supor uma possibilidade de evolução. Recobre uma grande variedade de casos, nada indicando de exacto acerca das formações sociais abrangidas, para além da explícita apreciação qualitativa acerca da sua posição no processo histórico contemporâneo. Por definição, países «subdesenvolvidos» e países «em vias de desenvolvimento» surgem como desvios de um modelo civilizacional, de que os países industrializados constituem o mais elevado expoente. Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento constituem assim uma globalidade alicerçada na aceitação de um conjunto de valores civilizacionais dominantes numa pequena área da Europa e da América, onde a industrialização destruiu quase integralmente as antigas estruturas económicas, sociais e políticas, desagregando os seus valores culturais.

Apesar do seu aparente carácter economicista, estes conceitos, que se fundamentam na existência de um modelo uniforme de transformação histórica, têm um conteúdo definidamente finalista. Não confirma a história do século XX tal uniformidade de caminhos, já porque vários países «subdesenvolvidos» da Europa e da Ásia substituíram as suas antigas estruturas socioeconómicas por sistemas de dominância socialista, já porque não se verificou uma redução da distanciação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, bem pelo contrário¹. A lógica da história contemporânea infirma pois a existência de um único modelo civilizacional do qual tenderiam a aproximar-se todas as formações sociais. Se este «destino» fosse inevitável, como se explicaria o caso da Espanha e de Portugal?

Não se pode inserir a Espanha no grupo dos países *late-joiners* da industrialização. Trata-se antes de um país que tentou figurar entre os *first-*

* Este texto começou por ser uma comunicação apresentada num Colóquio de História Ibérica, realizado na Universidade de John Hopkins, E. U. A.

¹ P. Bairoch, «Les écarts des niveaux de développement», in *Revue Tiers-Monde*, 1971, 41.

comers, sem o conseguir. Estas considerações de Nadal, no seu livro sobre a Revolução Industrial em Espanha, podem também aplicar-se, em parte, a Portugal². Nem a Espanha, nem Portugal, apesar do seu persistente atraso em relação à Inglaterra, à França e, hoje, aos Estados Unidos, podem ser assimilados, sem mais, a outros países subdesenvolvidos situados noutros continentes. Esta situação actual, de algum modo específica, mesmo dentro do contexto europeu, encontra-se intimamente relacionada com o seu passado histórico. De facto, enquanto o problema do subdesenvolvimento dos países não-europeus se articula com a forma assumida pela sua recente integração no sistema capitalista, em cuja gestação desempenharam, na sua maioria, um papel marginal ou nulo até aos séculos XVIII-XIX, o caso dos países peninsulares é diferente. Ambos os países ibéricos desempenharam uma função primordial na formação do capitalismo mercantil. Um dos problemas centrais da história de Portugal e da Espanha continua a ser o de compreender como, depois de desempenharem um papel pioneiro, vieram a perdê-lo durante o processo de transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial na Europa, acompanhando tais modificações com extrema dificuldade. O «desenvolvimento desigual», enquanto consequência de uma forte subordinação do crescimento económico de diferentes zonas do mundo aos interesses de um poderoso centro económico, é um fenómeno recente, data da segunda metade do século XIX e relaciona-se com as condições históricas em que se efectuou a Revolução Industrial. Pela primeira vez na história mundial, surge então um sistema económico-social que adquire uma supremacia sobre todas as outras civilizações durante um longo período. Todavia, no caso de Portugal, como sucede também em Espanha, já os ensaístas do século XVII constavam um desfazamento da nossa estrutura económica em relação à Inglaterra e à França. Põe-se, assim, o problema de saber se as origens do subdesenvolvimento português remontarão ao século XVII, como é ideia corrente.

A progressiva perda de um lugar de vanguarda ocorreu em Portugal mais cedo que em Espanha e as circunstâncias que envolveram a passagem para um lugar de segundo plano na história europeia são mais dramáticas. Perda da independência nacional, desaparecimento de grande parte do Império do Oriente e diminuição da autonomia económica, que persistiu para além da recuperação da independência nacional, em 1640, são fenómenos que se sucedem uns aos outros em menos de um século. Compreende-se que uma corrente historiográfica oitocentista tenha situado no final do século XVI o princípio da «decadência» de Portugal. De facto, a transformação ocorrida de 1580 até o início do século XVIII provocou um profundo traumatismo na memória nacional. Esse enorme abalo coincidiu com uma modificação da própria estrutura social e está na origem dum recorrente sebastianismo. O sebastianismo, que é normalmente interpretado como o desejo de retorno de um glorioso passado nacional é simultaneamente a expressão da saudade de uma sociedade desaparecida. A derrota de Alcácer Quibir é a derrota de um certo tipo de nobreza. A sociedade do Portugal restaurado é já um mundo em que o cavaleiro-mercador perdeu o seu antigo papel e foi substituído pelo mercador capitalista, que com frequência é estrangeiro. É uma sociedade em que a mentalidade capitalista penetrará de forma crescente. No novo Império

Luso-Brasileiro, a grande aventura será a descoberta de minas de ouro ou de diamantes, não as descobertas e as grandes batalhas que haviam permitido outrora o controlo de novas rotas comerciais.

Será justificado identificar este conjunto de modificações ocorridas entre 1580 e 1640 como índices de uma «decadência» nacional, tal como se tornou corrente, desde Antero de Quental? É à desagregação de um tipo de sociedade que se assiste então e ao nascimento de uma nova formação social. Perante os estudos realizados sobre a estruturação do Império Luso-Brasileiro durante o período filipino, a ideia de decadência, mesmo de um ponto de vista económico, não se justifica hoje. Como salientou Magalhães Godinho, a expansão do comércio colonial durante o século XVII não permite inserir Portugal no contexto de decadência e estagnação económica que caracterizou a maior parte da Península nessa época. E foi a formação de uma burguesia interessada na actividade colonial afro-brasileira que esteve na base do movimento de recuperação da independência política de Portugal⁸.

Tem-se invocado para explicar a não-realização da Revolução Industrial em Portugal justamente o excessivo desenvolvimento do comércio colonial durante os séculos XVII e XVIII. A absorção de capitais e de iniciativas pela actividade colonial teria afastado das actividades produtivas homens e disponibilidades financeiras, tendo-se operado assim um consequente abandono da agricultura e da indústria. Os tratados de comércio assinados com a Grã-Bretanha teriam agravado ainda mais esta situação, pela obrigação assim criada de importar manufacturas inglesas. É esta tese, defendida por Antero de Quental no seu célebre ensaio *As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, que se propagará, embora de forma nem sempre tão explícita, em múltiplos livros de história. As sucessivas vitórias da «política de transporte» sobre a «política de fixação», que, na interpretação de António Sérgio, se sucedem ao longo da história portuguesa, retomam a ideia central do ensaio de Antero, ou seja a explicação da decadência da estrutura produtiva pela desmesurada expansão do comércio colonial.

Creio que um dos motivos da aceitação generalizada desta tese acerca da decadência se deve ao seu carácter aparentemente anti-imperialista. Os estudos publicados no decorrer das duas últimas décadas levam contudo a equacionar de forma diferente o papel da expansão colonial e o efeito das relações de dependência externa sobre a sociedade portuguesa. Expansão colonial e dependência externa não constituem fenómenos estáticos, de natureza sempre idêntica, mas sim fenómenos históricos, cujas características variaram ao longo do tempo. As suas repercussões sobre a formação social portuguesa não constituem um dado invariável, nem esta se manteve inalterável. Tentar definir as diferentes fases que caracterizaram a progressiva distanciação de Portugal em relação aos principais centros de desenvolvimento e a função desempenhada pelas colónias em cada uma dessas fases é fundamental para compreender o que representa o período mais recente, séculos XIX e XX, nesse longo percurso histórico. A ideia de uma decadência, ou seja, de um estacionamento das principais actividades económicas e de uma imobilidade da sociedade de Antigo Regime desde o século XVI, tal como a conceberam alguns historiadores e ensaístas, não encontra confirmação nos estudos recentes.

⁸ Magalhães Godinho, *Ensaio*, vol. II, pp. 255-293; J. Serrão, *Em torno das Condições Económicas de 1640*, in separata da *Vértice*.

Foi, sem dúvida, a obra de Jorge de Macedo sobre a indústria do século XVIII, na qual é analisada também a estrutura demográfica e o comércio interno e externo, que veio abrir fortes brechas na tese tradicional acerca da decadência portuguesa⁴. A documentação reunida por Macedo obriga a reconsiderar alguns dos aspectos fundamentais dessa tese, nomeadamente o lugar excessivo do comércio e a absorção das classes dirigentes pela expansão colonial, com o conseqüente abandono das actividades produtivas, assim como as conseqüências dos tratados assinados com a Inglaterra entre 1654 e 1703.

A tese de um abandono das actividades produtivas em benefício da expansão colonial tinha como corolário um excessivo crescimento das actividades comerciais e assentava na hipótese de uma distorção da composição socioprofissional da população portuguesa. Ora esta hipótese não é confirmada pela documentação reunida por Macedo, que é a única disponível. Nem sequer a cidade de Lisboa, apesar de ser o centro administrativo e económico do Império, apresenta tal distorção: são os industriais o grupo mais numeroso da população lisboeta, 35 %, e não os comerciantes, que constituem apenas cerca de 10 % dos habitantes da capital. Os elementos que Macedo apresenta sobre outras cidades e vilas do País tão-pouco confirmam a existência de um corpo comercial desproporcionado em relação ao conjunto populacional. A maior parte da população dedica-se ou a actividades agrícolas, ou a actividades industriais de tipo artesanal.

Na realidade, nem o ouro, nem os tratados de comércio com a Inglaterra afectaram as actividades agrícolas e industriais de forma tão exclusivamente negativa como poderia sugerir uma leitura dos ensaístas dos séculos XVII e XVIII. Macedo demonstrou que existia uma estrutura oficial extremamente diversificada e importante em todo o País e que ela se manteve intacta ao longo do século XVIII. Perfeitamente integrada no seu contexto rural e urbano, a actividade artesanal não foi atingida pela concorrência inglesa neste período, nem pela febre do ouro. Porém, o desenvolvimento das manufacturas sofreu o efeito de ambas. De facto, fortemente dependentes do apoio do Estado, quer directo, quer indirecto, as manufacturas eram sensíveis às alterações da política económica e à absorção do Estado pelo comércio colonial; contudo, é em plena fase de afluência do ouro que tem lugar o surto manufactureiro de 1720-40, não tendo o ouro exercido, portanto, o papel asfixiante que lhe é normalmente atribuído⁵. A enorme acumulação de capital então ocorrida permitiu uma diversificação de investimentos, que incidem nas actividades coloniais, mas também na indústria.

Em meados do século XVIII, a descida dos benefícios de origem colonial, que a multiplicação das casas comerciais e a conseqüente dificuldade em manter o exclusivo das companhias coloniais ocasionam, assim como a diminuição do afluxo do ouro, desencadeiam uma crise do grande comércio. Uma nova orientação da política económica e uma reconversão dos inves-

⁴ J. B. de Macedo, *Problemas da História da Indústria no Século XVIII*.

⁵ Um dos exemplos duma indústria cujo desenvolvimento se articula com os negócios coloniais é a da seda: a sua promoção liga-se directamente à necessidade de combater a concorrência francesa no Brasil (Macedo, *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, pp. 243-246, onde se refere também a ligação do ponto de vista administrativo e económico entre a Real Fábrica das Sedas e a Companhia de Grão-Pará e Maranhão).

timentos vão então afirmar-se. É a segunda fase da política pombalina. As manufacturas irão sofrer um novo impulso. No final do século, o ambiente será de prosperidade, de euforia, de grande interesse pelas novidades técnicas. Os produtos manufacturados representam uma parcela considerável do comércio externo, nomeadamente do comércio colonial. Surgem os primeiros ensaios de mecanização ⁶.

Ora, se a crise do comércio colonial de meados do século XVIII explica a «reconversão sem ouro» e o subsequente investimento na indústria, isso significa que houve transferência de capital de origem colonial para a indústria, o que a própria origem dos industriais, na sua maior parte mercadores, confirma. Só no final do século surge o verdadeiro empresário industrial, segundo J. B. de Macedo. A expansão colonial dos séculos XVII e XVIII proporcionou, pois, uma acumulação de capital que viria a constituir um suporte do desenvolvimento industrial, além de ter fornecido à indústria múltiplas matérias-primas e um mercado para a colocação dos seus produtos, como as estatísticas do comércio externo que cobrem os últimos trinta anos do século XVIII atestam ⁷. Esta articulação entre a estrutura industrial portuguesa e o Império Colonial virá porém a desagregar-se quando, no início do século XIX, a rápida mecanização da indústria inglesa desencadear uma invasão do mercado português e brasileiro por produtos industriais a preços extremamente baixos e, paralelamente, tiver lugar o desaparecimento de um aparelho de Estado nacional ⁸.

Se o ouro e os tratados de comércio com a Inglaterra não tiveram uma incidência comparável à ocasionada pela Revolução Industrial sobre a indústria portuguesa, seria precipitado esquecer totalmente os seus efeitos, porquanto atrasaram efectivamente o desenvolvimento das manufacturas, cujas primeiras unidades haviam surgido cedo, no final do século XVII. Sem o ouro, o Estado e a classe dirigente teriam procurado mais cedo outras fontes de rendimento e enfrentado de forma mais decidida a dependência em relação à Inglaterra: foi, finalmente, o que se passou na segunda metade do século XVIII.

A dependência externa não afectou a actividade industrial tão profundamente como se chegou a crer. Contudo, há um outro sector da actividade económica no qual os tratados de comércio tiveram uma incidência imediata muito sensível e importante: foi o próprio comércio externo português. A principal forma de dependência no século XVIII não integrava o próprio processo produtivo, era um tipo de dependência que se exercia essencialmente nos circuitos do comércio internacional. É a forma assumida pelo imperialismo do período mercantilista. Ora é uma posição maioritária no comércio externo português que a Inglaterra consegue obter através de tratados de comércio que, coincidindo com os Actos de Navegação, institu-

⁶ J. B. de Macedo, ambas as obras citadas.

⁷ Id., *Problemas...*, pp. 69 e 187-208.

⁸ Resta explicar o atraso tecnológico português nesse momento. O esclarecimento deste problema remete para a investigação em duas direcções essenciais: o conhecimento das transformações ocorridas no mundo rural, com o seu provável bloqueamento ao nível institucional, e o estudo do contexto institucional da indústria setecentista. As manufacturas surgem inseridas numa estrutura corporativa, que se alarga para criar o espaço necessário à sua implantação, mas que não desaparece. Tal regulamentação não terá manietado o seu progresso? A análise da sua persistência remete para o estudo da correlação de forças sociais, tal como a análise da estrutura jurídica agrária, e por consequência, para o problema da distribuição do poder político.

cionalizam condições desiguais de comércio. Assim, enquanto os Actos de Navegação protegem o corpo comercial e a marinha mercante da Inglaterra, os tratados de comércio com Portugal dão aos seus comerciantes e à sua marinha condições privilegiadas. Dois livros contribuíram de forma importante para um conhecimento mais exacto do mecanismo de dependência externa de Portugal desde o final do século XVII: *Portugal's Trade*, de Fisher, e *Trade and Power*, de Sideri⁹. Fisher analisa o «Portugal's trade» do ponto de vista inglês, procurando determinar a função desta corrente comercial no próprio desencadear da Revolução Industrial. A análise de cada um dos ramos desta corrente comercial, da sua organização e dos grupos de comerciantes ingleses que nela participavam permite também avaliar a função desempenhada pelo corpo comercial inglês no comércio externo português com a Europa. O seu estudo mostra que o escoamento para os países europeus das mercadorias coloniais, trazidas do Brasil pela rede comercial portuguesa, era quase integralmente efectuado por comerciantes ingleses, em barcos ingleses. Por outro lado, a situação permanentemente deficitária de Portugal em relação à Grã-Bretanha provocava a constante saída de quantidade apreciável do ouro brasileiro de Lisboa para Londres. Os benefícios da expansão colonial portuguesa foram, através deste mecanismo, parcialmente absorvidos pelo corpo comercial e bancário britânico. O reverso desta situação foi o empobrecimento de Portugal através de todo este mecanismo de dependência externa e a redução da acumulação de capital de origem colonial.

Creio que a inserção do comércio colonial neste mecanismo de dependência externa vem alterar a função que tem sido atribuída a cada um destes dois circuitos comerciais. O tipo de articulação existente entre estes dois circuitos põe em evidência a participação indirecta da Grã-Bretanha nos benefícios coloniais portugueses e levanta o problema de se determinar o valor dessa participação nos lucros de origem colonial. Posta a questão nestes termos, já não se trata de avaliar separadamente o impacte da expansão colonial e da dependência externa, mas sim a função da expansão colonial inserida neste contexto. Assim, em lugar de se atribuir a um excesso de riqueza obtida de forma «fácil» o atraso de Portugal, há que verificar se não houve, bem pelo contrário, uma forte absorção da própria riqueza colonial por parte da Grã-Bretanha e se não terá sido esse um dos factores da diminuição da acumulação de capital e das dificuldades subsequentes de Portugal. Os tratados de paz e de comércio assinados entre 1654 e 1703 com a Inglaterra definiram assim o início duma primeira fase da integração de Portugal e do seu império no espaço económico britânico, numa situação de dependência. Mas, nesta primeira fase, a penetração económica britânica exerceu-se sobretudo no circuito comercial externo e, apenas de forma sistemática, no processo produtivo de uma zona restrita, a região do Douro.

Contudo, os próprios laços de dependência não se mantêm uniformemente ao longo do século XVIII. No final do século é evidente o seu enfraquecimento. Como Silbert e Magalhães Godinho mostraram, o desenvolvimento industrial e o próspero comércio colonial, agora composto por maior número de produtos, haviam permitido equilibrar a balança comercial. O défice desaparece e constitui-se uma rica burguesia industrial

⁹ H. E. S. Fisher, *The Portugal's Trade*, Methuen, 1971; Sideri, *Trade and Power*, Roterdão, 1970.

e comercial. As condições para uma recuperação da independência económica pareciam encontrar-se reunidas¹⁰.

A alteração das condições internacionais de concorrência virá brusca-mente perturbar esta prosperidade e euforia. Mas não se está diante de um mecanismo exclusivamente económico. O envolvimento na Guerra Peninsular e a subsequente ocupação inglesa virão facilitar uma nova forma de dependência económica. O tratado de 1810 e a resolução de 1814, estabelecendo direitos de importação tão reduzidos que o restabelecimento dos direitos do Tratado de Methuen virá a constituir uma das reivindicações contra o imperialismo inglês de 1820-23 até 1836, permitirão que o mercado português e o brasileiro sejam consideravelmente absorvidos pela indústria inglesa. A posição precedentemente adquirida pelo corpo comercial inglês em Portugal torna-se então um poderoso instrumento de uma nova forma de dependência económica, institucionalizada através de acordos comerciais, como em 1654-1703. O imperialismo mercantilista, assente agora numa nova base tecnológica, terá profunda incidência no aparelho produtivo, a que a reestruturação do aparelho de Estado, após a recuperação da independência nacional, em 1820, não conseguirá obstar.

O agravamento da crise da sociedade de Antigo Regime atinge em Portugal a sua forma aguda em condições particularmente difíceis e complicadas. Na fase mais aguda da sua luta contra a classe senhorial, a burguesia encontrar-se-á em condições económicas internacionais desfavoráveis, que enfraquecerão a sua posição económica e política no plano interno. Assim, as revoluções liberais encontrar-se-ão quase simultaneamente diante de três grandes problemas: a abolição do Antigo Regime, a luta pela independência económica e a reconversão de uma economia até então assente num império, cujo principal eixo era constituído pelo Brasil e Angola. Da solução destes três problemas irá depender a configuração do Portugal oitocentista.

A sobreposição dos efeitos da concorrência inglesa e da desagregação do Império Luso-Brasileiro com a crise do Antigo Regime vai enfraquecer e dividir a burguesia num momento crucial da sua luta contra a classe senhorial. A unidade da burguesia, realizada em 1820, na luta contra o domínio inglês e a classe senhorial, desagrega-se após a perda do Brasil, em 1822. Agricultores e industriais, privados do mercado brasileiro para o escoamento da sua produção, vão encontrar-se divididos perante a pressão da Grã-Bretanha, que, em troca de um mercado seguro para os produtos agrícolas portugueses, pretendia continuar a invadir o País com produtos industriais ingleses. A dependência de uma parte dos agricultores em relação aos mercados externos vai afastá-los da burguesia industrial. Este condicionalismo é um dos factores que orientam as diligências da burguesia agrária no sentido de obter o apoio da classe senhorial e as concessões efectuadas a partir de certo momento.

Durante quinze anos alternam no poder liberais e absolutistas. Quando, em 1834, vence a corrente liberal, a estrutura jurídica e política feudal é definitivamente abalada. Mas a abolição do antigo regime continuará a ser repetidamente coarctada, como o demonstrou Albert Silbert. Entre a lei e a prática é mantida uma margem de manobra suficiente para os

¹⁰ A. Silbert, «As invasões francesas...», in *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*.

poderes locais poderem intervir, o que permite à classe senhorial restringir a aplicação das leis revolucionárias nas zonas onde tem força. Em 1846, num interregno da guerra civil, o Governo procura acalmar a classe senhorial, decretando uma lei que anula a legislação revolucionária de 1832 sobre os forais¹¹. Estas concessões à classe senhorial não impedem que vá enriquecendo, em detrimento dos camponeses, uma nova classe de proprietários burgueses, que beneficia das sucessivas expropriações de parte dos bens da coroa e das ordens eclesiásticas.

A luta pela independência económica foi também muito rapidamente limitada. A protecção alfandegária do Governo setembrista, definida na pauta de 1837, será rapidamente cerceada a partir de 1842, com a vitória dos cartistas. A assinatura do tratado de comércio e navegação de 1842 suceder-se-á a pauta de 1852, de orientação livre-cambista. A base social de apoio a uma política proteccionista era, na realidade, reduzida e instável. A burguesia agrícola tinha, perante a política alfandegária, uma atitude diferenciada e variável conforme a conjuntura. Os viticultores, partidários do livre-câmbio, vantajoso para o escoamento do vinho, opuseram-se desde logo à pauta proteccionista de 1837¹². São os grandes lavradores do Sul, das terras de pão e de gado, que defendem uma política proteccionista. Mas a energia com que se batem depende da conjuntura. Em período de alta de preços acabam aceitando a importação de cereais, apenas regressando a uma posição fortemente proteccionista em fase de baixa de preços. No terceiro quartel do século XIX, a alta de preços atenuará o seu ardor proteccionista. Seria de esperar que a burguesia industrial tivesse uma atitude mais uniforme em relação à política alfandegária. Sem dúvida que este sector da burguesia era o mais decididamente favorável ao protecционismo, mas mesmo aqui não há uniformidade. É a estrutura desarticulada da indústria oitocentista que o explica, como veremos. Por ora importa salientar as divergências da burguesia portuguesa perante a luta contra a concorrência estrangeira e a débil implantação do nacionalismo económico.

Portugal entrava, portanto, na segunda metade do século XIX com uma incompleta destruição da estrutura jurídica feudal e uma decidida política de livre-câmbio, política particularmente favorável para a agricultura, mas não para a indústria. A Regeneração foi um período de nítido desenvolvimento da agricultura. Portugal transforma-se, durante quase meio século, numa «granja para exportação» que fornece à Grã-Bretanha produtos alimentares e vinho. Assiste-se a uma extensão das relações de produção capitalistas na agricultura, apesar da incompleta destruição da estrutura jurídica feudal. As modificações económicas tornam progressivamente obsoletas as disposições legais, que deixam de ter correspondência exacta no mundo real. As formas feudais de propriedade e de exploração que subsistem tornam-se vestígios de uma sociedade antiga, deixam de se inserir na linha principal de crescimento da sociedade¹³.

¹¹ Acerca deste conjunto de problemas ver Silbert, *O Feudalismo Português e a sua Abolição*.

¹² Comissão de Proprietários, Lavradores e Negociantes da Estremadura. Correspondência endereçada à Câmara dos Deputados, 1838, Arquivo da Assembleia da República.

¹³ M. Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na 2.ª Metade do Século XIX*.

A atrofia da indústria foi o preço deste crescimento agrícola. Embora a estrutura jurídica feudal tivesse sido suprimida mais facilmente na indústria do que no mundo agrícola, a política de livre-câmbio contrariou, em grande medida, os benefícios que as novas condições poderiam ter trazido ao sector industrial. É assim que, no final do século XIX, a indústria continuava a ser uma actividade secundária. Apenas 19 % da população trabalhava na indústria em 1890¹⁴. A actividade agrícola ocupava em 1892 uma parcela do rendimento nacional que era tripla da representada pela indústria¹⁵. Então, já a indústria ocupava no rendimento nacional da Grã-Bretanha uma parcela cinco vezes superior à preenchida pela agricultura¹⁶.

A estrutura industrial portuguesa continuava a assentar na produção de bens de consumo, numa época em que a metalurgia se tornara já a base da indústria inglesa ou francesa. A indústria extractiva, quase toda na mão de sociedades inglesas, destinava-se exclusivamente à exportação¹⁷. A produção nacional de máquinas, embora tivesse principiado, era igualmente muito reduzida. A principal actividade industrial continuava a ser a indústria têxtil. Neste sector trabalhava 60 % da população operária e a sua produção representava 40 % do valor total da produção industrial. Seguiam-se em importância decrescente, mas sem grandes diferenças entre si quanto à mão-de-obra utilizada, a construção civil, a metalurgia e os tabacos.

Não se deve, porém, confundir o atraso relativo de um sector com a sua estagnação. Se a distanciação do nível de desenvolvimento industrial em relação a outros países é flagrante, isso não exclui que, em termos nacionais, se tenha verificado um progresso. A comparação entre os resultados do inquérito de 1852, ano em que é estabelecida a pauta livre-cambista, e a situação retratada no inquérito de 1881 é particularmente elucidativa, ainda que não seja possível comparar entre si as contagens das unidades de produção. O inquérito de 1852 exclui as unidades de menos de 10 operários e todo o trabalho ao domicílio; estas pequenas unidades são, pelo contrário, inseridas em 1881 e o seu peso é enorme. Não é provável que fosse menor em 1852. Há, contudo, um domínio em que a comparação é possível: a mecanização. Neste aspecto, a modificação foi incontestavelmente grande: se em 1852 havia apenas 70 máquinas de vapor, em 1881 contavam-se 328 e a sua força global passara de 938 cv para 7052 cv.

Seria, todavia, apressado concluir que a manufatura ou o trabalho em fábrica eram a forma dominante de organização do trabalho nos principais ramos industriais. A produção artesanal continuava a ter um papel extremamente importante: ultrapassava a produção fabril na carpintaria, na construção civil, nos curtumes, na tecelagem de seda, no vestuário e nos produtos alimentares, com excepção do sector das moagens.

Foi a indústria têxtil que se tornou o símbolo do progresso industrial, invocado tanto pelos livre-cambistas, para mostrarem as vantagens do livre-câmbio, como pelos industriais, para mostrarem as possibilidades de

¹⁴ M. Halpern Pereira, *Livre Câmbio...*, p. 43.

¹⁵ M. Mulhal, *Balance Sheet of the World for Ten Years 1870-1880*, Londres, 1881.

¹⁶ Phyllis Deane, *British Economic Growth 1688-1959*, Cambridge, 1962.

¹⁷ M. Halpern Pereira, *Livre Câmbio...*, pp. 261-263.

implantação da indústria em Portugal. Mas mesmo o desenvolvimento deste sector foi particularmente cerceado pela política livre-cambista. Os lanifícios não se ressentem muito e são o ramo mais adiantado deste sector. A maior parte da produção de tecidos de lã é já efectuada em fábricas. Contam-se 38 000 fusos em Lisboa e na Covilhã, os dois principais centros de lanifícios. A maior parte dos teares são ainda manuais (1259 manuais, dos quais só 144 *Jacquard*, e 239 mecânicos). Apesar disso, o escoamento dos tecidos nacionais parece não sofrer com a concorrência estrangeira. A produção da Covilhã é por si só superior à importação¹⁸. A maior parte das empresas não se queixam da concorrência estrangeira, que é encarada sem preocupação. É raro o industrial deste sector que pede aumento de direitos sobre os tecidos, incidindo as suas preocupações mais nos direitos sobre as lãs, drogas e combustíveis, cuja diminuição consideram desejável.

O sector algodoeiro havia igualmente sofrido um desenvolvimento considerável. O crescimento deste sector foi, porém, moldado de modo especial pelas condições alfandegárias criadas desde meados do século. Em que consistiam essas condições? Num mecanismo pautal extremamente simples, por meio do qual se garantia aos Ingleses a posição que a desigualdade do progresso técnico lhes permitira adquirir no mercado português no princípio do século XIX e que se havia procurado combater em 1820-22 e em 1837. Desde 1852 que os tecidos crus de algodão pagavam direitos inferiores aos direitos que recaíam sobre o fio de algodão. Assim, em 1879, os tecidos de algodão importados custavam, em média, 339 réis por quilograma, seja quase o mesmo que o algodão em rama (336 réis) e menos que o fio de algodão cru¹⁹. O resultado desta situação aberrante foi o desenvolvimento desarticulado das duas extremidades do processo produtivo: a fiação e a estampanaria-tinturaria. A estampanaria, cujo principal centro é Lisboa, vai preferir os tecidos crus ingleses e viverá do seu acabamento. Do total de 900 000 peças utilizadas pela estampanaria em todo o País, apenas 140 000, ou seja 16 %, são nacionais²⁰. Nestas condições, a tecelagem progride dificilmente. Localizada quase toda no Porto, mantém-se na sua maior parte manual. A sua produção aumenta, apesar de tudo, o suficiente para suscitar uma crescente procura de fio. Surgem várias fábricas de fiação. Entre 1874 e 1880, a fiação atravessa até um autêntico *boom*: o número de fusos dobra e chega a 134 550. Mas surgem rapidamente dificuldades de escoamento, inerentes às condições do mercado. Algumas fábricas de fiação lançam-se na tecelagem para tentar concorrer com os tecidos estrangeiros. A maior parte dos teares mecânicos, que sobem a 1000 em 1881, pertencem a fábricas de fiação²¹. Mas nem assim as dificuldades dos industriais desaparecem. Em 1876 sobrevém uma primeira crise de excesso de produção de fio e de tecidos. As sobras de fio e de tecidos crus acumulam-se nas fábricas e, em 1881, um número elevado de fusos encontram-se inactivos no Porto²². Sucedem-se as declarações dos industriais, que afirmam ser difícil a sobrevivência da tecelagem mecânica sem uma alteração prévia das pautas. A desarticulação entre a fiação, a

¹⁸ *Inquérito Industrial*, 1881, parte II, liv. II, p. 205.

¹⁹ *Inquérito Industrial*, 1881, *Inquérito Directo*, liv. I, p. 115.

²⁰ *Inquérito Industrial*, *Inquérito Directo*, liv. I, p. 112.

²¹ H. Taveira (industrial de Lisboa), «Memória sobre a indústria do algodão», in *Inquérito Industrial*, 1881, *Depoimentos*, pp. 110-114, e elementos elaborados pela autora com base no inquérito referido.

²² *Inquérito Industrial*, parte II, liv. II, p. 142.

tecelagem e a estampanaria, provocada pela concorrência estrangeira, bloqueia nitidamente o sector algodoeiro. A prevalência dos interesses do grande comércio importador, ligado ao corpo comercial inglês, impede a plena expansão deste sector.

A estrutura da indústria algodoeira põe a nu, com mais nitidez do que a qualquer outro sector industrial, as consequências nefastas do livre-câmbio. É aqui que se manifesta com toda a clareza a luta de um grupo de empresários capitalistas industriais, que dispõem nalguns casos de fábricas modernas bem equipadas, de cujo pleno aproveitamento são forçados a desistir, devido à política alfandegária apoiada pelo grande comércio e por um sector da burguesia agrária.

Podiam-se invocar ainda outros casos. Também a indústria do linho, sobretudo o fabrico de tecidos para velas de barcos, fora seriamente atingida pelo tratado de 1866 com a França, que tornara o direito sobre o linho russo mais elevado que o direito sobre peças de lona. Fábricas houve que se viram obrigadas a uma reconversão, como foi o caso da companhia de Torres Novas²³. A indústria das sedas, nomeadamente a das nobrezas, ligada ao fabrico de chapéus-de-sol, e a indústria das armações também são duramente afectadas pelo tratado de 1866. A crer nas afirmações dum industrial, após a publicação da pauta de 1837 tinham chegado a existir 450 a 470 teares de seda em Lisboa, 700 a 750 no Porto, 100 a 150 em Bragança. A assinatura do tratado com a França teria provocado a diminuição do número de teares em funcionamento, que teria descido para 100 em Lisboa, 80 no Porto e 20 em Bragança. Na sua própria fábrica havia 600 fusos de torce imobilizados²⁴.

Os efeitos estimulantes que a indústria têxtil podia exercer sobre outros sectores, pela solicitação de utensílios de trabalho ou de drogas, encontram-se igualmente cerceados. Tanto as máquinas utilizadas, como as drogas, são, na sua maioria, estrangeiras.

Perante esta situação de dependência externa, não se encontra uma reacção uniforme dos industriais dos vários ramos. As múltiplas dificuldades existentes na defesa da simples sobrevivência da sua própria actividade conduzem-nos a procurar vencer limitando o seu campo de batalha e lutando apenas por condições favoráveis ao seu ramo industrial. Raramente se encontra, nas respostas do sector têxtil ao inquérito de 1881, uma atitude de defesa global do protecçionismo em relação a todo o mercado nacional.

A desarticulação do sector algodoeiro origina uma nítida divisão de interesses mesmo no interior deste ramo. Os industriais de estampanaria, cuja função se assemelha bastante à dos antigos mercadores de tecidos (a cujo acabamento final também se dedicavam), eram um misto de industriais e de comerciantes. Dependentes da importação de tecidos crus e de drogas estrangeiras, eram naturalmente partidários do livre-câmbio e tinham, portanto, atitude idêntica à dos comerciantes ligados ao negócio do *import-export*. Assim se compreende a indiferença de João Francisco Aranha, vice-presidente da Associação Industrial Portuense, perante a publicação das pautas de 1852, em contraste com a atitude da Associação, que a elas

²³ *Inquérito Industrial*, 1881, *Depoimentos*, p. 81.

²⁴ *Inquérito Industrial*, *Inquérito Directo*, liv. I, p. 178. Afirmações do mesmo teor, parte II, liv. II, 160.

claramente se opõe²⁵. Tratava-se de um gravador e lavrante, profissão ligada à estampanaria.

A atitude dos industriais de fiação e de tecelagem é, pelo contrário, claramente proteccionista. As reclamações dos industriais de fiação e tecelagem incidem naturalmente na necessidade de aumentar os direitos sobre os tecidos crus, única maneira de eliminar a concorrência inglesa. Tal medida iria ferir os interesses dos importadores. Ameaçados, negociantes havia que estavam dispostos a utilizar todos os meios ao seu dispor para procurar demonstrar o infundado da atitude dos industriais. Assim, o maior negociante importador de panos crus de origem britânica, igualmente proprietário de uma estampanaria em Lisboa, propôs-se comprar uma fábrica de fiação e tecelagem para tentar demonstrar que, mesmo sem alterações de pauta, se podiam fabricar tecidos em Portugal a preços concorrenciais²⁶.

À excepção de um caso ou outro, há uma nítida desistência da luta global contra a concorrência estrangeira no plano interno. Afirma-se, pelo contrário, um consenso quase generalizado na luta pela recuperação de um outro mercado: as colónias africanas. Esmagados pela indústria inglesa em Portugal, os industriais propõem a expulsão das mercadorias inglesas de África, pelo estabelecimento de direitos preferenciais, e o pagamento do *drawback*. No início da década de 80 é nítido que as divergências entre os industriais de estampanaria e os de fiação e tecelagem de algodão e lã se desvanecem diante da necessidade de recuperação do mercado colonial. Neste caso, todos eram igualmente prejudicados pela concorrência inglesa, francesa e alemã. E todos perfilham também o projecto de produção de matérias-primas em África, tais como o algodão, a lã e o anil.

A burguesia agrária vai igualmente interessar-se vivamente pelo projecto colonial. Pouco a pouco, as suas possibilidades de exportação para a Europa haviam-se vindo a restringir. Os fundamentos da divisão da burguesia perante a concorrência estrangeira, que fora a desigual oportunidade oferecida pelo mercado europeu a uma parte dos agricultores e a certos grupos industriais, desaparece progressivamente. No mercado europeu, os próprios produtos agrícolas portugueses são afastados pela invasão dos produtos agrícolas americanos e de outros continentes. Agricultores e industriais têm assim de procurar novo destino para a sua produção. Alguns argumentarão que a África devia ser o próprio mercado interno português e opõem-se à expansão colonial. Mas tal caminho implicava a realização duma reforma agrária e uma rápida industrialização. Ora tais modificações internas afectariam necessariamente os interesses de certas categorias e sectores de agricultores e industriais, pelas alterações que acarretariam tanto da estrutura da propriedade fundiária, como de parte das empresas industriais e artesanais. É o projecto colonial africano, nascido no início do século, logo após a independência do Brasil, que vai encontrar uma vasta base social, porquanto, na fase inicial, aparenta evitar tais modificações internas. A unidade da burguesia, que a independência do Brasil desagregara, refaz-se deste modo, nos últimos vinte anos do século XIX, em torno da expansão colonial africana.

²⁵ J. Capela, *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias*, pp. 95-99. (Surpresa de Capela injustificada.) Representação dirigida pela Associação Industrial do Porto à Rainha em 28 de Setembro de 1852, criticando o artigo 3.º do Decreto de 18 de Fevereiro de 1852, Arquivo Nacional de Paris, F.^o 6292.

²⁶ *Inquérito Industrial*, pp. 288-290 e 303. A fábrica seria provavelmente a de Salgueiros.

Concluindo: a partir do final do século XVII, Portugal torna-se um país simultaneamente colonialista e dependente. Não é no excessivo desenvolvimento do capitalismo mercantil, mas sobretudo na incidência sobre o processo produtivo da articulação entre colonialismo e dependência externa e a consequente expatriação de parte do capital acumulado, que há que procurar as origens do «subdesenvolvimento» de Portugal.

Distinguem-se duas fases neste processo de distanciação de Portugal em relação a um poderoso centro económico do sistema capitalista, ele próprio em formação. Numa primeira fase, que abarca os séculos XVII e XVIII, principia a inserção de Portugal na área de influência inglesa. Durante esse período, caracterizado por um imperialismo mercantilista, a Grã-Bretanha, através do controlo das relações comerciais de Portugal com a Europa, participa nos benefícios coloniais portugueses e igualmente nos benefícios resultantes da exportação dos produtos agrícolas portugueses. Esta situação de parcial dependência comercial foi certamente um factor de diminuição da acumulação de capital e, portanto, de empobrecimento para Portugal. A dependência externa nesta primeira fase não tem incidência directa no processo produtivo, excepto de forma muito localizada na região do Douro, não impedindo, portanto, o desenvolvimento da estrutura produtiva. Na segunda metade do século XVIII verifica-se uma nítida recuperação da independência económica de Portugal e o fortalecimento de uma burguesia industrial, comercial e talvez também agrária, continuando o Brasil a desempenhar um papel fundamental como mercado para os produtos industriais e agrícolas portugueses e como fornecedor de matérias-primas e produtos exóticos.

No início do século XIX, as novas condições técnicas de competição, profundando a base tecnológica do imperialismo mercantilista, vão afectar profundamente a economia portuguesa e provocar a desagregação do Império Luso-Brasileiro, para o que contribui a desarticulação do aparelho de Estado nacional. É então que vai estruturar-se uma nova forma de dependência, que abrange o conjunto da economia portuguesa. Desprovida de um mercado colonial, a burguesia portuguesa vai encontrar-se inteiramente dependente da Grã-Bretanha para o escoamento da produção. Nestas condições, vai operar-se uma profunda divisão de interesses na burguesia, o que a vai enfraquecer na luta contra a classe senhorial. Há uma divergência de interesses no seio da burguesia agrária e no seio da burguesia industrial e um conflito entre ambas, que conduz a um conjunto de compromissos com a classe senhorial e a uma fraca implantação do nacionalismo económico. A política de livre-câmbio, conveniente para a burguesia inglesa, encontra uma base social de apoio em sectores da burguesia agrária e industrial, além do consenso natural da burguesia ligada ao comércio de *import-export*, de que fazia parte um corpo comercial britânico muito importante. Esta orientação, que, ensaiada já anteriormente, vence em meados do século, conduz a uma profunda desarticulação da economia portuguesa. Uma agricultura dirigida para a exportação, conjugada com uma forte importação de produtos industriais, quebra o desenvolvimento sincrónico dos dois principais sectores produtivos, prejudicando ambos. À desindustrialização segue-se uma forte crise da própria agricultura, quando falham os mercados externos. A desarticulação da economia nacional, que nem o Tratado de Methuen nem o afluxo de ouro haviam conseguido operar dentro de uma sociedade de Antigo Regime,

ocorre no século XIX, no enquadramento de uma sociedade capitalista ²⁷. O projecto colonial africano vai inserir-se nesta transformação de uma sociedade de antigo regime numa sociedade capitalista dependente, apesar do seu aspecto formalmente nacionalista. E de novo o sistema colonial se vai inserir num contexto de dependência externa, cuja natureza se viera modificando desde meados do século, com a integração no mecanismo de subordinação comercial dos investimentos directos de capital estrangeiro e dos persistentes empréstimos externos.

²⁷ Antero de Quental, que assistiu a esta transformação, data o seu início nos séculos XVII e XVIII, infundadamente, e tal interpretação foi sucessivamente retomada por vários ensaístas e historiadores. É tempo de se acertar a cronologia.